



Alternatividades no âmbito socioambiental e rural: aproximações e perspectivas teóricas

Alternativities within a rural and socio-environmental framework: theoretical approaches and perspectives

Alessandra Helena SCHNEIDER^{1*}, Cristiane CORADIN¹, Camila KAHLAU¹, Diogo Neves MELO¹, Valdir Frigo DENARDIN^{1,2}

¹ Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), Universidade Federal de Curitiba (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

² Universidade Federal do Paraná (UFPR) Setor Litoral, Matinhos, PR, Brasil.

* E-mail de contato: alessandra.hs@outlook.com

Artigo recebido em 3 de setembro de 2018, versão final aceita em 2 de agosto de 2019.

RESUMO: O presente artigo é resultado de um esforço interdisciplinar realizado pelos(as) pesquisadores(as) da turma XII de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE-UFPR). Como objetivo principal, buscou-se contribuir com a construção do conhecimento para o aprofundamento teórico e embasamento de trabalhos empíricos relativos à temática “alternatividades”. O conceito de alternativas vem sendo proposto e utilizado por pesquisadores(as) críticos(as) à lógica dominante de modernização social, sobretudo no que tange ao meio rural. A fim de compreender a sua aplicação no campo do conhecimento socioambiental, partiu-se da aplicação do método de investigação conhecido como pesquisa bibliométrica, que possibilitou empreender análises quantitativas e qualitativas sobre a utilização do termo, bem como identificar lacunas e oportunidades de pesquisa. Como resultado, encontrou-se que o termo é predominantemente usado nas áreas das Ciências Ambientais e Sociais, partindo de amadurecimentos vinculados, sobretudo, a Boaventura de Sousa Santos. À nível qualitativo, observou-se que as alternativas em ruralidades estão estreitamente vinculadas a uma opção epistemológica que tem buscado, por meio das experiências e narrativas de sujeitos ausentes e emergentes, compreender de que forma as ruralidades e os atores sociais rurais se constituem como socioambientais e produzem novas experiências; entendidas como emergências-resistências, quando o ponto de referência é a modernidade-colonial hegemônica.

Palavras-chave: alternativas; pesquisa bibliométrica; socioambiental; ruralidades; pesquisa interdisciplinar.

ABSTRACT: The present article is the result of an academic interdisciplinary work done by researchers from the XII group of doctoral students from the Postgraduate Program in Environment and Development at the Federal University of Paraná (PPGMADE-UFPR). By means of a systematic review and by using bibliometric research tools, followed by qualitative analyses, the purpose of this collective effort was to contribute towards the construction of knowledge for the theoretical deepening and basis of empirical works related to the theme "alternativities", thereby seeking to identify gaps and research opportunities. The analyses indicate that a special emphasis is given to research on this subject in the areas of environmental sciences and sociology, and that there is also a field of scientific production under construction that involves this issue, especially those linked to the studies of Boaventura de Sousa Santos. When reflecting on the specificities of rural alternativities, as analyzed from the five ecologies proposed by Sousa Santos, this study makes it possible to use an epistemological approach based on the perspective of absent and emergent experiences. It is concluded that there is a comprehensive field of research for the use of the term, and that alternativities in rurality are closely linked to an epistemological option that, through the experiences and narratives of those who are absent and emergent, has sought to understand how rural social actors produce new experiences based on the tension that exists with hegemonic modernity-coloniality.

Keywords: alternativities; bibliometric research; social and environmental sciences; rurality; interdisciplinary research.

1. Introdução

O presente artigo é resultado de um esforço interdisciplinar realizado pelos(as) doutorandos(as) da linha de pesquisa "Ruralidade, Ambiente e Sociedade" do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE-UFPR). O PPGMADE, que teve sua primeira turma de doutorandos(as) em 1993, estabelece a interdisciplinaridade como epistemologia e metodologia de pesquisa em Ciências Ambientais. Sob esse enfoque interdisciplinar, busca-se construir problematizações coletivas e compreensões teórico-conceituais compartilhadas,

de interface e de interconexão entre distintas áreas do conhecimento, com vistas à melhor compreensão e análise das problemáticas socioambientais¹ contemporâneas.

Sua estrutura curricular prevê que as temáticas das pesquisas individuais sejam construídas somente após os dois primeiros anos do curso, frutos do processo de amadurecimento interdisciplinar proporcionado por módulos²; os quais são compostos por disciplinas obrigatórias e trabalhos coletivos (estes últimos denominados de Oficinas).

No último módulo da turma XII de doutorado, da qual os(as) autores(as) do presente artigo fazem parte, realizou-se um trabalho coletivo final deno-

¹ A racionalidade socioambiental para Enrique Leff (2014) é compreendida como a construção social de um conjunto de representações simbólicas, denominadas por ele de imaginários sociais e de práticas concretas, constituídas como práxis; as quais ao mesmo tempo que tensionam a lógica hegemônica capitalista da modernidade ocidental e anti-ecológica, constroem novos imaginários sociais, atores, subjetividades, identidades, territorialidades e práxis sociais, assumindo a categoria ecológica como construções de si, como sujeitos de suas práticas e representações simbólicas. A transformação do conjunto desses elementos simbólicos e materiais é o que constitui a construção simbólica e material da racionalidade socioambiental. Ao utilizar-se o termo socioambiental nesse estudo, é, portanto, a esse pensamento de Leff (2014) que se reporta.

² Na turma XII de doutorandos – ingressantes em 2016 e à qual se refere este trabalho – a estrutura curricular do PPGMADE foi composta da seguinte forma: Módulo I - Ciências Humanas e Social; Módulo II - Ciências da Natureza; Módulo III - Relação Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento; Módulo IV - Pesquisa Interdisciplinar.

minado de “Oficina IV - Construção de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento”, que por sua vez foi dividida em duas fases: a primeira reuniu os(as) alunos(as) de todas as linhas de pesquisa para trabalhar um tema geral e comum ao Programa³; e após a conclusão dessa etapa cada uma das seis linhas de pesquisa⁴ se reuniu separadamente para estudar temas específicos.

Diante do desafio de construir uma pesquisa coletiva, os(as) pesquisadores(as) da linha “Ruralidades, Ambiente e Sociedade” tiveram como proposta dessa oficina final conciliar os seguintes pressupostos: (i) os resultados obtidos pela primeira fase da Oficina IV; (ii) a ementa⁵ e o histórico de pesquisas anteriores da linha; (iii) o trabalho de pesquisa coletiva da turma anterior da linha⁶; e (iv) os interesses individuais de pesquisa dos(as) doutorandos(as) da turma atual.

Após uma breve investigação sobre o conteúdo conceitual que compõe cada um dos contextos citados, o grupo de pesquisadores(as) observou que havia uma temática que era transversal a todos eles: as “alternatividades”. Foi observado que esse termo permeava muitas teses e dissertações do Programa

e que havia incentivo por parte dos docentes para sua apropriação pelos discentes em suas pesquisas, por ser considerado um tema relevante para o estudo das Ruralidades.

No âmbito socioambiental, notou-se que o conceito de alternativas tem sido proposto e utilizado por pesquisadores(as) críticos(as) à lógica dominante de modernização social, sobretudo no que tange ao meio rural. Na maioria dos casos, tratam-se de pesquisas que partem da seleção de problemas empíricos ou teóricos, para identificar, analisar e descrever as ações dos agentes pesquisados; entendidas como proposições de projetos políticos alternativos frente à lógica dominante de modernização social.

Devido a esse caráter contra hegemônico, o tema das alternativas despertou interesse nos(as) pesquisadores(as), pois o mesmo poderia se apresentar como uma saída aos casos de conflitos e injustiças socioambientais tratados no Programa. O exercício de tornar visíveis experiências e narrativas de sujeitos ausentes e emergentes, possibilita diferentes interpretações para o entendimento de como esses sujeitos que – ao se constituírem como atores

³ Na primeira fase da Oficina IV, os vinte e cinco doutorandos pertinentes a todas as linhas de pesquisa tiveram a seguinte temática comum: “Conflitos e (In)Justiça Socioambiental, Resistências e Alternatividades”. Os pesquisadores trabalharam coletivamente na identificação, sistematização e análise de dados secundários relacionados aos conflitos socioambientais disponibilizados no Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2017). O esforço coletivo resultou num produto interno intitulado “Conflitos Ambientais e (In)Justiça Ambiental no Brasil: Uma Análise do Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”.

⁴ Linhas e Núcleos de Pesquisa da Turma XII de Doutorado do PPGMADE: (i) Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento; (ii) Epistemologia Ambiental; (iii) Ruralidades, Ambiente e Sociedade; (iv) “Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano; (v) “Usos e Conflitos dos Ambientes Costeiros”; e (vi) Ekoa: direito, movimentos sociais e natureza.

⁵ Atores, sujeitos, racionalidades e conflitos nas experiências, práticas e espaços de resistência no mundo rural. A construção de alternativas no rural e no sistema agroalimentar: redes de economia solidária, organização e produção agroecológicas, construção de novas relações de mercado, consumo de alimentos saudáveis, ressignificação de formas de cooperação, movimentos e lutas por direitos socioambientais, políticas públicas de desenvolvimento rural ou territorial inovadoras (Fonte: Edital de seleção do PPGMADE, Linha Ruralidades, Ambiente e Sociedade, 2016).

⁶ Turma anterior, ingressante em 2014, que desenvolveu o trabalho “A inter-relação entre as alternativas e a reprodução socioambiental e na agricultura familiar ecológica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e no litoral do Estado do Paraná”.

sociais e ruralidades socioambientais – tensionam a lógica hegemônica capitalista da modernidade, produzindo o que são denominadas alternativas, resistências e/ou emergências.

Por outro lado, apesar do termo ser utilizado com relativa frequência no âmbito do Programa e apresentar a citada relevância nas discussões socioambientais, permanecia uma inquietação nos(as) pesquisadores(as) quanto à consistência conceitual e prática do mesmo, já que as abordagens teóricas estudadas até então se mostravam insuficientes para responder a questionamentos e gerar uma compreensão adequada do tema a ponto de embasar teoricamente as teses de doutoramento e futuras pesquisas.

Assim, foi delimitado que o objetivo principal da oficina de fechamento do ciclo de trabalhos coletivos dos(as) pesquisadores(as) da linha de “Ruralidades, Ambiente e Sociedade” do PPGMADE seria amadurecer o entendimento teórico-prático dos usos do termo “alternatividades”, especificamente em estudos de ruralidades.

2. Metodologia

Devido à natureza do objetivo, a metodologia adotada neste trabalho se caracteriza como exploratória, pois se constitui em um primeiro levantamento sobre o tema, permitindo que o problema se torne mais explícito ou possibilite a construção de hipóteses; e descritiva, uma vez que apresenta os procedimentos seguidos e os resultados obtidos (Gil, 2002). Com relação à natureza da pesquisa, este trabalho é classificado como levantamento teórico/ilustrativo, pois busca a reflexão sobre o problema, além de apresentar uma aplicação prática com base em um processo estruturado (Gil, 2002).

No que concerne à coleta de dados, o estudo é realizado por meio de revisão sistemática, que se refere à busca de materiais já elaborados, conhecidos como fontes secundárias (Gil, 2002). Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é definida como quanti-qualitativa, porque utiliza técnicas da pesquisa bibliométrica para coletar e mensurar os dados secundários, seguida de uma análise qualitativa – com base no aprofundamento teórico-conceitual sobre o tema, para definir a permanência e a relevância do estudo no portfólio bibliográfico (Afonso *et al.*, 2011).

A opção pela técnica da pesquisa bibliométrica como instrumento de intervenção se deu por se tratar de um método quantitativo-descritivo, já aplicado em outras áreas do conhecimento (Afonso *et al.*, 2011), capaz de abranger a diversidade e variabilidade dos temas e estudos relacionados ao termo alternativas, evitando-se assim a busca aleatória em bases de dados *online*. Entendendo que o processo de revisão sistemática é projetado para assegurar que a seleção de documentos e fontes de informação seja baseada em um conjunto de critérios claramente justificáveis (Berrang-Ford *et al.*, 2015), a construção desse conhecimento se deu por meio da seleção das publicações relevantes para compor o portfólio bibliográfico relacionado ao tema das alternativas, seguida pela análise bibliométrica das publicações (Lacerda *et al.*, 2012).

Nesse sentido, o presente estudo foi estruturado basicamente em cinco etapas: 1) seleção do portfólio bibliográfico, a partir do escopo do estudo, da definição da palavra-chave e dos critérios de inclusão e de exclusão dos documentos; 2) análise bibliométrica do portfólio bibliográfico, com avaliação crítica da qualidade dos estudos selecionados; 3) análise sistêmica do portfólio bibliográfico e

síntese das evidências, quantitativas e/ou qualitativas; 4) elaboração e apresentação dos resultados da pesquisa; 5) estudo da teoria social dos principais autores elencados na análise do portfólio (Afonso *et al.*, 2011; Lacerda *et al.*, 2012; Berrang-Ford *et al.*, 2015).

Para a elaboração da última etapa, o grupo de pesquisadores(as) optou por realizar uma aproximação teórica correlativa de agrupamento e análise dos estudos identificados no portfólio bibliométrico com as cinco ecologias propostas por Sousa Santos (2008). Colocando-os em diálogo com alguns autores-chave do pensamento ecológico e de ruralidades contemporâneas, também identificados através da análise do portfólio, tais como Enrique Leff (2002; 2014), Brandenburg & Ferreira (2012), entre outros.

3. Resultados e discussão

3.1. Elaboração do portfólio bibliográfico

A elaboração da revisão teórica sobre o tema das alternativas aconteceu nos meses de julho e agosto de 2017 e teve início com a escolha da palavra-chave que caracterizou o filtro para a seleção das publicações. Os(as) pesquisadores(as) determinaram a priori apenas a palavra-chave “alternatividades” para possibilitar as buscas nas diversas áreas de conhecimento que se utilizam do termo e a busca na língua portuguesa para situar o estudo dentro do idioma dominante entre os(as) pesquisadores(as) e evitar possíveis distorções de tradução.

Uma vez definida a palavra-chave, partiu-se para a seleção das bases de dados que delimitam o campo amostral, bem como o tipo de documento a ser selecionado. Sobre o tipo de documento,

optou-se por explorar trabalhos científicos – sejam estes tese, dissertação, resumo, artigo ou capítulo de livro – disponíveis para acesso público de forma *online* e produzido no período de 1993 a 2016. Tal horizonte temporal corresponde ao ano de criação do PPGMADE até o ano anterior ao levantamento bibliométrico ora realizado, e foi definido em virtude da hipótese de que o termo “alternatividades” poderia estar restrito ao âmbito do Programa.

Em relação às bases de dados consultadas, como não havia o conhecimento prévio sobre quais seriam as mais relevantes em relação ao tema da pesquisa, realizou-se um teste de aderência com o termo “alternatividades” nas doze plataformas mais utilizadas por pesquisadores do PPGMADE: “Portal de Periódicos Capes”, “Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente do PPGMADE”, “Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações da UFPR”, “Google Acadêmico”, “Banco de Teses e Dissertações da CAPES”, “*Scielo*”, “*Scopus Preview*”, “*Mendeley*”, “*Zotero*”, “*Academia.Edu*”, “*Web of Science*” e “*Science Direct*”. Como resultado desse teste, foram excluídas as bases *Scopus Preview*, *Zotero*, *Science Direct* e *Web of Science*, por não listarem estudos que utilizam o termo e/ou por apresentar objeções ao acesso público dos documentos.

Assim, o levantamento realizado nas oito bases restantes resultou num conjunto de 196 (cento e noventa e seis) publicações. A partir desse levantamento, foi realizado um refinamento com a finalidade de excluir ou sincronizar publicações repetidas. Restaram dessa etapa 109 (cento e nove) trabalhos. No segundo momento, foi aplicado um novo filtro sobre os resultados encontrados na primeira fase, dessa vez buscando aderência à temática “socioambiental”, alinhada à concepção teórica trabalhada no contexto do PPGMADE.

Para esse enquadramento, considerou-se a concepção proposta por Pierri (2005), para quem a abordagem socioambiental deriva de uma compreensão complexa da crise ambiental, a qual extrapola a ecologia, inter-relacionando-se de diferentes formas: à ecologia, à economia, à cultura, à política e à sociedade. Logo, a compreensão da temática socioambiental adotada se refere a uma abordagem crítica da problemática ambiental, que requer um conhecimento complexo e interdisciplinar (Pierri, 2005; Sachs, 2007; 2010; Leff, 2009; Acselrad, 2010).

Visto isso, do primeiro montante de publicações foram descartados os trabalhos com as seguintes características: i) fora do recorte temporal definido; ii) que não estivessem disponibilizados de forma integral e gratuita para leitura; iii) que não apresentassem o termo “alternatividades” de forma relevante no corpo do trabalho; e iv) que não tivessem aderência à temática “socioambiental”, conforme proposta de trabalho do PPGMADE⁷. Esse procedimento de seleção e exclusão se deu a partir da leitura dos títulos, palavras-chave, resumos e quando necessário, da publicação completa. Ao levar em consideração esses critérios, restaram 48 (quarenta e oito) trabalhos.

Na terceira fase da constituição do portfólio, um último filtro relacionado à temática “ruralidades” foi sobreposto aos anteriores. O sentido de ruralidade adotado neste estudo está baseado em Carneiro (1998), para quem a ruralidade pode ser compreendida como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da espacialidade e da cultura local, com base na incorporação de

novos valores, hábitos e técnicas (Carneiro, 1998). Compreende-se também como contextos em constante transformação, que se produzem como tensionamento com a modernidade capitalista rural ao mesmo tempo que guardam em si marcas de continuidades e persistências de trajetórias, diversidades, heterogeneidades e desigualdades constitutivas do campesinato brasileiro (Wanderley, 2009).

Da aplicação desse filtro, restaram apenas 30 (trinta) publicações; as quais atendem, portanto, às seguintes características finais: (i) que contenham a palavra “alternatividades” no título, no resumo ou no corpo do texto desenvolvido pelos(as) autores(as); (ii) que tenham sido publicadas em português; (iii) que pertençam ao marco temporal 1993 - 2016; (iv) que sejam aderentes à temática “socioambiental”; e (v) que sejam aderentes à temática “ruralidade”. Na Tabela 1, são apresentados os documentos que representam o resultado dessa etapa de constituição do portfólio.

3.2. Análise quantitativa do portfólio bibliográfico

A análise quantitativa dos documentos pertencentes ao portfólio informa, primeiramente, que os primeiros estudos contendo o termo “alternatividades” iniciam a partir do ano de 2004 e apresentam um crescimento considerável nos anos de 2012, 2013 e 2014; nos quais registram respectivamente: 8 (oito), 6 (seis) e 4 (quatro) trabalhos publicados. Nota-se também que nos últimos dois anos houve um decréscimo de publicações com a temática de investigação, com apenas 2 (dois) trabalhos em 2015 e 3 (três) em 2016.

⁷A título de curiosidade, parte significativa dos trabalhos descartados que utilizaram o termo “alternatividades” eram relacionados principalmente às áreas da Saúde, da Comunicação Social e do Direito.

Tabela 1 – Portfólio Bibliográfico: Alternativas relacionadas às Ruralidades

| ANO | TIPO | UF | TÍTULO | AUTOR |
|------|----------|----|--|--------------------------------|
| 2004 | Dissert. | PR | AGRICULTOR FAMILIAR E PROJETO AGROECOLÓGICO DE VIDA - IDEIAS, VALORES | Gustavo Silveira Rosa Pinheiro |
| 2007 | Dissert. | PR | SOCIABILIDADES E MUDANÇAS SOCIAIS NO CASO DO ASSENTAMENTO NOVA SANTO INÁCIO RANCHINHO - MG | Leandro Martins e Silva |
| 2007 | Dissert. | PR | O CAMPO POLÍTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A IDEIA DE “PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO” - DESENVOLVIMENTO | Sidemar Presotto Nunes |
| 2007 | Dissert. | RS | A PRODUÇÃO PRÓ GASTO: UM ESTUDO COMPARATIVO DO AUTOCONSUMO NO RIO GRANDE DO SUL | Catia Grisa |
| 2009 | Tese | PR | TERRITÓRIOS RURAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: O PAPEL DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MEIO AMBIENTE DE PEQUENAS COMUNIDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES | Karla Emmanuela Ribiero Hora |
| 2009 | Livro | SP | AS INTERFACES DO DIREITO AGRÁRIO E DOS DIREITOS HUMANOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR | Elisabete Maniglia |
| 2011 | Artigo | RS | REDES, ATORES E DESENVOLVIMENTO RURAL: PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ABORDAGEM RELACIONAL | Claudia Job Schmitt |
| 2012 | Tese | PR | CRISE DE ENERGIA E GOVERNANÇA AMBIENTAL: ARTICULAÇÕES DE REDES E TERRITÓRIOS NAS DIMENSÕES GLOBAL E LOCAL | Georgeana Barbosa de França |
| 2012 | Dissert. | PR | DIVERSIDADE ECOLÓGICA EM AGROFLORESTAS NO VALE DO RIBEIRA (PR, SP) COM ÊNFASE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS | Daniele Martin Sandri |
| 2012 | Dissert. | PR | AGROFLORESTA E ALIMENTAÇÃO: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DE UM GRUPO QUILOMBOLA EM BARRA DO TURVO - SP | Regiane Fonini |
| 2012 | Dissert. | PR | TRANSFORMAÇÕES EM UMA COMUNIDADE CAMPONESA DO LITORAL SUL DO PARANÁ: TERRITORIALIDADE, ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA, PRÁTICAS MATERIAIS E PARENTESCO | Daniela Sant' ana |
| 2012 | Tese | PR | SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA: OS SUJEITOS DA RURALIDADE E SEUS DIREITOS NA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - MERCADOS E REDES | Katya Isaguirre-Torres |
| 2012 | Tese | PR | A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MECANISMOS ALTERNATIVOS DE MERCADOS NO ÂMBITO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA - MERCADOS | Julian Perez-Cassarino |

| | | | | |
|------|----------|-------|--|--|
| 2012 | Artigo | MG | A CONVIVÊNCIA DAS RACIONALIDADES CAMPONESA E ECONÔMICA NUM ASSENTAMENTO DO MST: SEMEANDO QUESTÕES SOBRE O TRABALHO | Mariana Fernandes da Cunha Loureiro Amorim; Débora Coutinho Paschoal Dourado; Danielle de Araújo Bispo |
| 2012 | Tese | PR | INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA - VALORES - IDEAIS | Sidemar Presotto Nunes |
| 2013 | Tese | PR | PROCESSOS DECISÓRIOS NA GESTÃO DOS BENS NATURAIS COMUNS: PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA, HIBRIDISMOS E INVISIBILIDADES | Larissa Lopes Mellinger |
| 2013 | Tese | PR | A PLURATIVIDADE NA AGROECOLOGIA COMO UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO PARA O AMBIENTE RURAL - DESENVOLVIMENTO | Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa |
| 2013 | Tese | PR | RECIPROCIDADE, SOLIDARIEDADE E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COOPERAFLORRESTA | Almir Sandro Rodrigues |
| 2013 | Artigo | CHILE | TERRITORIALIDADES ALTERNATIVAS E HIBRIDISMO NO MUNDO RURAL: RESILIÊNCIA E REPRODUÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL E CHILE MERIDIONAIS - BIODIVERSIDADE | Nicolas Floriani, Francisco Ther Ríos, Dimas Floriani |
| 2013 | Artigo | PR | CONTRIBUIÇÕES DA ERGONOMIA DA ATIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROFLORESTAL | Tatiana Cristina Guimarães Kaminski; Manoel Flores Lesama |
| 2013 | Livro | PR/SP | DOS SONHOS À UTOPIA E A CRIAÇÃO DE ALTERNATIVIDADES: O (RE) CONHECIMENTO DA EXPERIÊNCIA DA COOPERAFLORESTA | Angela Duarte Damasceno Ferreira |
| 2014 | Tese | PR | A APROPRIAÇÃO GENÉTICA DA AGROBIODIVERSIDADE ENQUANTO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA DOS IMPÉRIOS ALIMENTARES NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO BIOTECNOLÓGICA - BIODIVERSIDADE | Bruno Gasparini |
| 2014 | Dissert. | PR | TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA ÁREA DE PROTEÇÃO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE GUARAQUEÇABA | Patrícia Betti |
| 2014 | Tese | PR | ECOLOGIZAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR: AVANÇANDO DESDE UMA TRANSIÇÃO ECOFORMADORA - VALORES/SOCIOTECNICAS | Julio Carlos Bittencourt Veiga Silva |
| 2014 | Artigo | RS | ESPECIES FLORESTAIS DE RESTINGAS COMO POTENCIAIS INSTRUMENTOS PARA GESTAO COSTEIRA E TECNOLOGIA SOCIAL EM CARAVELAS, BAHIA (BRASIL) | Henrique Machado Dias, Mario Luiz Gomes Soares, Elza Neffa |
| 2015 | Artigo | SP | INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ECODESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES, PR | Isabel Jurema Grimm; Adriana Dias, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Valdir Fernandes |

| | | | | |
|------|--------|----|---|--|
| 2015 | Artigo | SC | DO ECOSOCIODESENVOLVIMENTO ÀS ECOTECNOLOGIAS: A EMERGÊNCIA DE ALTERNATIVIDADES AO CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL VIGENTE PELA LEITURA DE Sachs E Leff | Alan Ripoll Alves, Arnildo Korb; Bruno Gasparini; Dimas Floriani; João Batista Alves, Rômulo Macari da Silva |
| 2016 | Artigo | SC | A CONSTRUÇÃO DE UM REGIME DE QUALIDADE NO MERCADO BRASILEIRO DE PRODUTOS ORGÂNICOS. | Djalma Eudes dos santos; Silvio Salej Higgins |
| 2016 | Tese | RS | A RENOVAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE LUTAS NA AGRICULTURA: O CASO DAS FESTAS DE SEMENTES CRIOULAS NO SUL DO BRASIL | Serinei César Grígolo |
| 2016 | Tese | PR | MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TURISMO: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO | Isabel Jurema Grimm |

FONTE: Elaboração própria a partir dos levantamentos realizados nas bases de dados selecionadas, 2017.

Sobre a distribuição geográfica das publicações, existe um destaque para o sul do Brasil que concentra 26 (vinte e seis) trabalhos; em especial o Estado do Paraná que conta com 20 (vinte) deles, o que corresponde a $\frac{2}{3}$ (dois terços) do total de publicações analisadas. As demais localidades nacionais de representatividade são Minas Gerais e São Paulo, com 3 (três) e 2 (duas) publicações respectivamente. Em nível internacional, foi identificada apenas 1 (uma) publicação no Chile, mas mesmo assim de autoria de pesquisadores(as) da UFPR.

Com relação aos tipos de trabalhos encontrados sobre o tema, $\frac{2}{3}$ (dois terços) da produção relativa à temática “alternatividades” e “ruralidades” são teses ou dissertações, sendo apenas $\frac{1}{3}$ (um terço) trabalhos publicados em livros ou periódicos revisados por pares. Dessa forma, a maior parte dos trabalhos consiste em teses e dissertações, com menor ocorrência de artigos e capítulos de livros.

Em relação às bases de dados pesquisadas, destaca-se a Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações da UFPR, que corresponde a mais da metade dos documentos encontrados. A segunda plataforma

com maior disponibilidade de documentos sobre o tema é o Google Acadêmico, seguido do Portal de Periódicos da CAPES. É relevante destacar que há conexão entre as bases de dados e que muitas das publicações encontram-se disponibilizadas em mais de uma plataforma de busca, fatores considerados e solucionados com a aplicação do primeiro filtro, com a função de eliminar duplicidades.

Em relação às áreas do conhecimento em que o termo possui maior relevância, verifica-se que estas correspondem principalmente às Ciências Ambientais (dezesesseis publicações), seguido da área da Ciências Sociais (treze publicações). Outras áreas, como a Engenharia Florestal, Economia e Direito Agrário, correspondem a apenas uma publicação por segmento de área.

Por fim, finalizando a análise quantitativa, foi identificado que os estudos do portfólio tomaram como principais marcos referenciais teóricos os(as) seguintes autores(as): Boaventura de Sousa Santos (7 estudos); Enrique Leff (7 estudos); Maria Nazareth Wanderley Baudel (5 estudos); Ignacy Sachs (4 estudos) e Garcia Júnior (4 estudos).

3.3. *Análise qualitativa do portfólio bibliográfico*

A primeira compreensão que se depreendeu da análise qualitativa dos estudos levantados foi que estes utilizam os termos “alternatividades” e “alternativo” para indicar a dialética hegemonia-contra-hegemonia. Ao partir da seleção de problemas empíricos ou teóricos, os autores realizam interpretações possíveis para o entendimento da hegemonia capitalista no contexto da modernidade⁸. Nesse sentido, identificam, descrevem e analisam as ações sociais dos agentes pesquisados tanto como construções de projetos políticos alternativos, como ações empíricas que tensionam a lógica hegemônica capitalista no contexto da modernidade social.

Entretanto, mesmo que seja evidente essa inferência, não foi identificada uma construção conceitual bem delimitada do termo alternativas que apontasse para uma direção contra hegemônica; o termo foi apenas aparecendo de forma difusa nas pesquisas analisadas. Por isso, será empreendido aqui um esforço de traduzir e unir os diversos entendimentos encontrados para contribuir com tal construção.

Reconhecendo a ampla capacidade de abrangência da proposição teórica social de Boaventura de Sousa Santos e sendo o autor de maior representatividade no portfólio, o grupo de pesquisadores(as) deste artigo optou por tomá-lo como marco referencial teórico central nesse processo

de aprofundamento sobre a construção da noção de alternativas. Visto também que os autores do portfólio buscaram se aproximar de epistemologias vocacionadas à emancipação, tal como propõe Sousa Santos (2008).

Além da pertinência de Sousa Santos, identificou-se que – quando categorias de racionalidade, ruralidade, territorialidade e atores socioambientais são acionadas – constitui-se estreita aproximação e afiliação teórica entre esses conceitos com o pensamento ecológico de Enrique Leff (2001; 2014). O que pode ser observado especialmente através da análise dos estudos de Brandenburg & Ferreira (2012) e de Floriani *et al.* (2013), bem como na análise das teses e dissertações que foram orientadas por estes autores.

A pesquisa socioambiental, desde a perspectiva apontada por Leff (2002; 2014) e em diálogo com Sousa Santos (2008), parte das ações sociais e das narrativas dos sujeitos para, através da expressão de suas falas, percepções e ações, compreender, interpretar e analisar como estes produzem tensionamentos com a modernidade capitalista hegemônica, produzindo experiências e imaginários sociais que criam novas territorialidades, subjetividades e identidades individuais e coletivas.

Em alguns estudos analisados, identificou-se articulação entre esse movimento dialético contra hegemônico com a construção de uma noção intitulada resistências. Essas resistências, à luz dos estudos de Maria Lugones (2014, p. 940) são com-

⁸ O conceito de hegemonia tem origens do pensamento marxista do século XX (Lênin e Gramsci), sendo que, através de Laclau & Mouffe (2004), se pode avançar à uma perspectiva crítica pós-estruturalista. Laclau & Mouffe (2004, *apud* Alves, 2010, p. 88) privilegiam o momento da articulação política e concebem as relações sociais em torno da disputa pela hegemonia; reconhecem que a hegemonia não é exercida sobre toda a sociedade, e defendem a criação de uma nova hegemonia, baseada na aliança dos grupos subalternos, ou na criação de uma cadeia de equivalências. Deste modo, afirmam que a democracia não tem lugar num terreno neutro e “o estabelecimento de uma nova hegemonia requer a criação de novas fronteiras políticas e não a sua desapareição” (Laclau & Mouffe, 2004, p. 16, *Apud* Alves, 2010).

preendidas como uma tensão entre a sujeitificação (processo de formação e informação do sujeito) e a subjetividade ativa, o que representa um agenciamento necessário “para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa”.

Resistência significa, portanto, uma capacidade ativa de não sujeição, tanto material quanto simbólica, às lógicas sociais excludentes e desiguais da modernidade capitalista hegemônica. Essa não sujeição, ao mesmo tempo que nega a lógica dominante, se reconstrói como prática e subjetividade contra hegemônica, que se expressa em nível infrapolítico.

A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder (Lugones, 2014, p. 940).

É no domínio dessa resistência intersubjetiva e comunitária que as solidariedades do cotidiano podem tomar formas e conteúdos, “re-tecendo” novos laços e fortalecendo outros. Ao mesmo tempo em que se tecem, “re-tecem” os atores como sujeitos, como individualidades/coletividades, materialidades/intersubjetividades.

Sousa Santos (2001) compreende que a interação social nas sociedades modernas se desenvolve conforme seis modos de produção e de prática social: espaço doméstico; espaço da produção; espaço do mercado; espaço da comunidade; e espaço mundial. A interação ocorre também em seis dimensões: unidade de prática social; instituições; dinâmica interacional e de desenvolvimento; forma de poder; forma de direito e forma epistemológica.

Para o autor, é nesses espaços, nessas dimensões e na constelação entre si, que o estudo das ausências e emergências deve ser trilhado.

Ao relacionar esses pressupostos de Sousa Santos (2001) com os estudos do portfólio, nota-se que alguns autores conseguiram gerar recortes metodológicos que englobam alguns desses espaços e dimensões. Dentre eles, o espaço do mercado e da produção interligados às dimensões de sociabilidades, instituições, dinâmicas de desenvolvimento e construções de poder político, foram os mais observáveis.

Como exercício didático-metodológico, buscou-se utilizar da perspectiva da sociologia das ausências e das emergências de Sousa Santos (2008) para localizar as experiências contidas nos documentos do portfólio como resistências contra-hegemônicas e refletir sobre as especificidades das alternativas rurais analisadas. Contrapondo-se à monocultura das ausências, Sousa Santos (2008) identifica a necessidade de estudos dessas dimensões e espaços, a partir de cinco ecologias: a) ecologia de reconhecimentos; b) ecologia de produtividades; c) ecologia de saberes; d) ecologia de temporalidades; e e) ecologia trans-escalas (Sousa Santos, 2008).

3.3.1. A ecologia de reconhecimentos

A ecologia de reconhecimentos está relacionada a uma lógica de classificação social e pressupõe a superação das hierarquias, visto que denuncia a colonialidade do poder capitalista moderno e ocidental, que relaciona diferença com desigualdade e aponta quem é igual e quem é diferente. Segundo Sousa Santos (2008, p. 110), a sociologia

das ausências é confrontada com a colonialidade à procura de uma nova “articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença, abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos”. No âmbito das ruralidades, por sua vez, essa modernidade capitalista se materializa na modernização conservadora da agricultura brasileira (Graziano da Silva, 1982) e na constituição dos impérios agroalimentares (Ploeg, 2008) de caráter neo-extrativista (Harvey, 2004).

Na perspectiva hegemônica, a modernidade-capitalista rural atualiza tradicionais formas de dominação baseadas no latifúndio, na monocultura, na expropriação e na violência (Martins, 1999; Wanderley, 2009), bem como na inferiorização e na invisibilização de atores e categorias sociais subalternizadas, tais como indígenas, quilombolas, camponeses, agricultores familiares, mulheres, jovens, etc. (Wanderley, 2009).

Desde os anos 1970 essa perspectiva hegemônica vem sendo tensionada pela emergência de movimentos sociais rurais e ambientalistas que constroem campos heterogêneos de produção de práticas, experiências, saberes, conhecimentos e perspectivas ecológicas, pluralistas e democráticas. O que tem promovido a criação de uma nova racionalidade ambiental, através de um conjunto de novas práxis, ecotécnicas, agriculturas e sistemas agroalimentares (Leff, 2002; 2014; Sachs, 2007; Ploeg, 2008). Neste âmbito, os estudos de Brandenburg & Ferreira (2012) apontam que a iminência dos atores socioambientais, notadamente a partir

dos anos 1970, tem se dado em associação com a produção e o reconhecimento de uma identidade social positivada, portadora de projetos alternativos de sociabilidade, como espaços para a construção de futuros possíveis, para além do projeto hegemônico da modernidade conservadora. Além disso, acrescentam que

[...] o desenvolvimento da ecologia na agricultura traz consigo a emergência de outra ruralidade: a socioambiental. Isto porque traduz ações de agricultores que constroem uma outra racionalidade que, a partir de tensões e conflitos, se diferencia da racionalidade instrumental (Brandenburg & Ferreira, 2012, p. 30).

Esses processos positivam os atores ao mesmo tempo em que desconstroem a racionalidade instrumental objetivista, abrindo caminhos para a construção de novas racionalidades, socioambientais e de novos atores coletivos (Leff, 2014; Brandenburg & Ferreira, 2012), em suas múltiplas possibilidades de produção de conhecimento e de senso comum emancipatórios (Sousa Santos, 2008); emergindo, portanto, como alternativas socioambientais.

Como exemplo, o estudo de Pinheiro (2004) que emerge no portfólio, analisa a experiência de criação, em 2002, do Núcleo Maurício Blumester do Amaral da Rede Ecovida⁹ de Agroecologia, na Região Metropolitana de Curitiba, destacando a importância das redes na produção e socialização de conhecimentos e saberes agroecológicos, na motivação de ecologização de novos agricultores. O autor afirma que através da metodologia da Rede

⁹ Rede formalizada em 1998, após anos de articulação entre grupos de agricultores ecologistas, organizações de assessoria e consumidores. Atualmente, a Rede Ecovida conta com 27 núcleos regionais, mais de 350 municípios, 340 grupos de agricultores, 20 ONGs, 120 feiras livres agroecológicas e abrange cerca de 4.500 famílias (www.ecovida.org.br).

(reuniões, mutirões): “a certificação participativa cria uma identidade entre os agricultores, no momento em que passa a existir um sentimento de ser da mesma ‘família’, entre os envolvidos na certificação (famílias, grupos e núcleos)” (Pinheiro, 2004, p. 65).

O fazer, o ser e o se relacionar agroecológico acontecem, nessa perspectiva, em rede e se realizam em conjunto, ato que modifica as condições ecológicas do meio, as práticas e subjetividades dos sujeitos envolvidos. É durante essas interações sociais, ao assumir-se como parte de um coletivo (no caso da Rede), que a racionalidade instrumental vai abrindo espaço para a construção de uma racionalidade e de uma ruralidade socioambiental. É nesse sentido que o autor destaca que esses agricultores ecológicos, mais que uma alternativa econômica ou sociotécnica, anunciam um projeto de vida, ao assumirem a agroecologia em suas dinâmicas de vida (Pinheiro, 2004).

Em outro estudo selecionado, Nunes (2012) analisa os caminhos políticos percorridos pelos projetos de agricultores ecologistas inseridos na Rede Ecovida. Para isso, traça importantes descrições sobre os processos de constituição política, social e normativa da categoria agricultura familiar, principalmente a partir dos anos 1990. O autor delimita correlações entre os pressupostos da Teologia da Libertação, Pedagogia Freireana, de organizações não-governamentais, sindicatos e partidos políticos na constituição política, ideológica e sociotécnica da Rede Ecovida. Destaca que o fortalecimento da organização social da categoria agricultura familiar é seguido da ampliação da aprovação de programas e políticas públicas, aplicadas a esse segmento social, principalmente a partir dos anos 2000. Nesse sentido, a emergência e a normatização dessas po-

líticas públicas constituem importantes indicativos dos processos de posituação dessa categoria social, ação de reconhecimento público e normativo, demonstrando a importância social e econômica desse segmento para a sociedade e economia brasileira.

Nunes (2012) também descreve o percurso de construção de organizações sociais e redes vinculadas à promoção da agroecologia no Brasil, destacando a importância da Rede de Tecnologias Alternativas do Sul como precursora da Rede Ecovida e analisa que a Rede Ecovida estimula a agroecologia como um projeto comum, bem como o desenvolvimento de atividades comuns que:

promovem a solidariedade entre os agricultores, a confiança entre agricultor e consumidores, a igualdade na relação entre agricultor e técnico, a prioridade dos resultados técnico-produtivos no lugar dos interesses dos vendedores, a contraposição aos interesses das empresas multinacionais de agroquímicos (Nunes, 2012, p. 213).

Com isso, pode-se dizer que o reconhecimento político da categoria agricultura familiar tem ocorrido em conjunto com os processos de ecologização desses agricultores, transformando racionalidades instrumentais em racionalidades socioambientais. Esse reconhecimento constrói novos sentidos, subjetividades e projetos de futuro, ultrapassando a estigmatização que a modernidade-colonialidade possa ter lhe inscrito, abrindo caminhos para a construção de projetos de vida e sociabilidades alternativas.

É dessa forma que a ecologia de reconhecimento se situa como conceito-chave para o entendimento da produção de alternativas em ruralidades. Essas alternativas se constituem

como experiências empíricas e emergências contra-hegemônicas, as quais em conflitos com a modernidade-colonialidade, buscam traçar estratégias de produção em igualdade de direitos, de valorização de si como atores coletivos e de reconhecimento público de seus projetos, modos, estilos de vida, em contextos excludentes e desiguais.

3.3.2. *A ecologia de produtividade*

No âmbito das ecologias de produtividade, a sociologia das ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção; das organizações econômicas populares; das cooperativas operárias; das empresas autogeridas; da economia solidária, que a ortodoxia capitalista ocultou ou desacreditou (Sousa Santos, 2008, p. 113). Nesse grupo das ecologias de produtividade, são inseridos trabalhos analisados como os de Grisa (2007) e Veiga Silva (2014). Os autores analisaram práticas produtivas de alimentos de caráter flexível, produzidos tanto para o autoconsumo familiar quanto para a comercialização. Em ambas as dissertações, o autor Garcia Júnior (2007) é quem fornece subsídio teórico para entender essas práticas de produção como alternativas:

A alternatividade das “lavouras de subsistência”, entre ser vendida ou autoconsumida, permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos do consumo familiar. Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender sua produção, guardando o dinheiro para as épocas que baixaram. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar.

Com os preços baixos, caso não tenha dinheiro lança mão do próprio produto na obtenção do necessário ao consumo familiar (Garcia Júnior, 1983, p. 129 *apud* Grisa, 2007, p.34).

Em outro contexto mais recente, surgem trabalhos como o de Perez-Cassarino (2012) que, ao analisar a experiência da Rede Ecovida de Agroecologia, constatou a viabilidade de se criar formas alternativas de comercialização de produtos agroecológicos advindos da agricultura familiar, que priorizem a ampliação do acesso aos produtos ecológicos, bem como as relações voltadas ao mercado local e à comercialização direta. Nesse estudo, o sistema agroalimentar hegemônico e os impérios agroalimentares (Ploeg, 2008) são questionados pela emergência de formas alternativas de mecanismos solidários de comercialização e de certificação ecológica. Mecanismos que significam tempos-espacos de produção de reciprocidade; de proximidade entre produtores e consumidores; de reconhecimento e de construção de agência de si como atores coletivos socioambientais, portadores e construtores de projetos alternativos.

Perez-Cassarino (2012) conclui que a experiência da Rede Ecovida de Agroecologia fomenta alternativas ao modelo do sistema agroalimentar global, o qual prioriza a concentração econômica no âmbito da atividade agroalimentar e pressiona a exclusão da agricultura familiar e camponesa, comprometendo sua autonomia e condições para garantia de sua reprodução.

Assim, as alternativas produtivas significam também a presença de ausências e emergências que se baseiam, por um lado na lógica camponesa de manutenção de um equilíbrio entre produção para consumo e comércio (Chayanov, 1974; Ploeg,

2008); e por outro, pela construção e agência dos agricultores familiares e camponeses de circuitos curtos de comercialização, pautados em relações de reciprocidade e cooperação, bem como no contato face-a-face com consumidores.

Ainda nessa esteira das ecologias de produtividades e alternativas produtivas, corroboram com esses estudos do portfólio, Rodrigues & Ferreira (2013), ao analisarem a experiência da Cooperafloresta e da Rede Ecovida como experiências contra-hegemônicas que emergem como alternativas através do tensionamento com a modernidade capitalista, destacando a construção dessa cooperativa, das agroflorestas e da Rede Ecovida de Agroecologia, como produções de resistências produtivas à hegemonia moderna capitalista.

3.3.3. *A ecologia de saberes*

No âmbito das práticas sociotécnicas, argumenta Sousa Santos (2008, p. 106) que em uma ecologia de saberes, a “utopia do interconhecimento consiste em aprender novos e estranhos saberes sem, necessariamente, ter de esquecer os anteriores e próprios”. Há uma centralidade na constelação entre conhecimentos científicos e não-científicos. Nesse sentido, qualquer inovação tecnológica ou perspectiva de desenvolvimento, somente tem significado se mediada pelos saberes locais dos grupos com os quais se queira realizar. As aprendizagens se produzem, portanto, como processos compartilhados de produção do conhecimento inteligível do mundo. Na ecologia de saberes:

[...] a busca de credibilidade para os conhecimentos não científicos não implica o descrédito do conheci-

mento científico. Implica simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se por um lado, de explorar práticas científicas alternativas que têm se tornado visíveis através das epistemologias pluralistas das práticas científicas e, por outro lado, de promover a interdependência entre os saberes científicos, produzidos pela modernidade ocidental, e outros saberes, não científicos (Sousa Santos, 2008, p. 107).

No portfólio elaborado foram identificados alguns trabalhos que podem ser compreendidos sob a ótica da ecologia de saberes para criação de alternativas. Um deles foi o desenvolvido por Kaminski & Lesama (2013), que apontam para a construção do conhecimento em práticas agroflorestais sob a ótica da ergonomia da atividade, no qual se destaca a valorização e o respeito ao saber local para produção de conhecimento sobre a atividade de trabalho do saber fazer agrofloresta.

Em um estudo de caso em Morretes/PR, Kaminski & Lesama (2013) perceberam que havia uma grande discrepância entre o prescrito de um projeto agroflorestal e a execução deste. Nessa perspectiva, esses autores apontam dois polos de ação, sendo um prescrito no projeto contendo uma gama de ações e atividades; e outro executado pelo camponês que imprime à ação seu saber-fazer agricultura cultural e historicamente situado e acumulado. À luz da ergonomia da atividade e do diálogo de saberes (Leff, 2002), esses autores entendem que a mediação da implantação de projetos agroflorestais, se dá através do “*saber-fazer*”, apropriando e valorizando o saber local/tradicional para a construção de conhecimento acerca dessa técnica de produção.

Com isso, as ausências (Sousa Santos, 2001; 2008) – ou seja, os saberes ocultos marginalizados pelos conhecimentos científicos – são invocadas nessa ecologia de saberes em associação a novos

conhecimentos da disciplina da ecologia e agronomia, para fazer parte da “inteligência” e da “engenhosidade empírica”, que constrói emergências ecotécnicas ecológicas, intervindo na reconstrução ecológica das paisagens e das agriculturas.

Outro trabalho analisado e enquadrado nessa ecologia é de autoria de Veiga Silva (2014), que estudou a perspectiva da ecoformação como uma prática interdisciplinar da ecologização dos agricultores familiares ecológicos da Rede Ecovida e suas formas de relação com os recursos naturais e a reprodução do seu modo de vida. Esse estudo apresentou como resultado a reflexão de que a construção da racionalidade socioambiental (Leff, 2002) depende de muitas variáveis e de uma complexidade de fatores, associados diretamente ao modo de vida dos agricultores envolvidos.

Veiga Silva (2014) observou ainda que a ecologização é mais profunda nos grupos analisados, principalmente pelo fato de fazerem parte da Rede Ecovida, dado o conjunto de valores e de responsabilidades circuladas no interior dessa rede. A rede social, nestes contextos, atua como ator coletivo (Touraine, 2012), motivador de mudanças e transformações sociotécnicas e subjetivas dos sujeitos. É uma rede na qual circula-se valores, métodos de saber e fazer agricultura, modos e estilos de vida, que espelham e influenciam a natureza das transformações dos sujeitos, no qual os saberes e conhecimentos ecológicos acumulados têm especial relevância.

Veiga Silva (2014), citando Brandenburg (2010), ainda aponta que a superação das relações instrumentais entre homem-natureza tem em processos eco formativos uma importante oportunidade de construir formas contra-hegemônicas de fazer agricultura. Dessa forma, na ecologia de saberes, a

alternatividade se constitui como rede-emergência e construção de presenças, visibilidades, ausências – saberes subalternizados – e conhecimentos científicos.

3.3.4. *A ecologia de temporalidades*

A respeito da ecologia de temporalidades, a lógica da monocultura do tempo linear ocidental moderna é questionada pela sociologia das ausências, a qual “[...] parte da ideia de que as sociedades são constituídas por diferentes tempos e temporalidades, e de que diferentes culturas geram diferentes regras temporais” (Sousa Santos, 2008, p. 109). Entre os estudos analisados, não foi possível identificar nenhuma pesquisa que tenha sido elaborada com a centralidade na análise dessa categoria, podendo ter aparecido difusa nos demais estudos e ecologias.

3.3.5. *A ecologia de trans-escala*

No que tange à ecologia trans-escala, a lógica do universalismo abstrato de tempo-espaço é confrontada pela sociologia das ausências “[...] através da recuperação simultânea de aspirações universais ocultas e de escalas locais-globais alternativas que não resultam da globalização hegemônica” (Sousa Santos, 2008, p. 112). Assim, se considera a existência de aspirações universais alternativas de justiça social, dignidade, respeito mútuo, solidariedade, comunidade, harmonia cósmica entre a natureza e a sociedade e a espiritualidade. Além disso, essa ecologia interpreta que não há globalização sem localização e que tal como há globalizações alternativas, também há localizações alternativas.

Dessa forma, ela possibilita conectar projetos locais e globais alternativos.

A pesquisa de Sant'ana (2012) sobre a transformação de uma comunidade camponesa do sul do Paraná – sob o âmbito da territorialidade, das estratégias de resistência e das práticas materiais e parentesco – apresenta as práticas de resistência de famílias camponesas inseridas em Guaratuba, no Litoral Paranaense, diante de um quadro de pressões e conflitos. Essas práticas são consideradas pela autora como estratégias de resistência e, por isso, promotoras de alternativas. Sant'ana (2012) descreve uma modernidade que possui uma dimensão escalar e trans-escalar, baseada em lógicas institucionais preservacionistas do meio biofísico natural que, ao se difundir pela localidade, motiva a criação de estratégias de resistências, baseadas em relações de parentesco e “familismo”, como mecanismos de manutenção territorial do grupo.

De forma análoga, o estudo de França (2012) sobre a crise de energia, governança ambiental e a formação de articulações de redes e territórios nas dimensões global e local, analisa de que forma os instrumentos públicos de gestão ambiental impactam as dinâmicas territoriais. Compreende-se que esses processos produzem alternativas ecotécnicas de pequena, média e larga escala, redefinindo as territorialidades. Essa autora também define as alternativas como resistências de comunidades locais ou movimentos sociais à expansão do capitalismo, nas quais as redes sociotécnicas assumem papel relevante nas estratégias de resistências desses grupos sociais. A atitude de resistência não é entendida pela autora como uma busca pela substituição do sistema capitalista, mas visa questionar e possibilitar a abertura de espaços para que ocorra outra forma de sociabilidade e de solidariedade,

destacando necessariamente o caráter emancipatório dessas iniciativas.

Outro recorte dado aos estudos rurais, que dialogam com a ecologia trans-escala e corroboram com essa aproximação com o conceito de territorialidade, foi apresentado por Floriani *et al.* (2013) em que os autores abordam o tema: “Territorialidades alternativas e hibridismo no mundo rural”. Mediante um contexto de crise socioambiental, os autores enfatizam a importância de mudanças na epistemologia das ciências, apontando para a interdisciplinaridade e para a necessidade de se dar voz aos saberes, práticas, modos de vida daqueles que têm sido ignorados pelas ciências. Os autores indicam que pescadores artesanais, caiçaras, pantaneiros, quebradeiras de coco se constituem como os novos atores sociais do campo que apresentam e consolidam propostas alternativas para garantir a reprodução do modo de vida rural de comunidades tradicionais. Dessa forma, “[...] emergem da crise do projeto modernizador da sociedade as alternativas que questionam o modelo hegemônico de entendimento das práticas sociais de natureza” (Floriani *et al.*, 2013, p. 2).

Esses trabalhos conduzem à reflexão de que, para estudos de ecologia de trans-escala em ruralidades, os conceitos de territorialidade tal como entendido por Pecquer (2005); e de cultura defendido por Geertz (2011), se tornam fundamentais como estruturantes de novas lógicas ecologizadas entre atores ausentes e emergentes em ruralidades. As alternativas, vistas desde uma perspectiva trans-escala, emergem a partir de tensionamentos com a modernidade capitalista hegemônica, acionando por um lado, ausências (relações tradicionais de comunidade, coletividade, parentesco e vizinhança); e por outro lado, emergências – ou seja, a constituição

de redes sociotécnicas como mecanismos de tensionamento da hegemonia capitalista da modernidade social e de resistências frente à expansão de projetos hegemônicos excludentes e anti-ecológicos.

4. Considerações finais

O artigo traçou os principais passos percorridos pelos(as) pesquisadores(as) do PPGMADE/UFPR com vistas a contribuir na construção e no aprofundamento metodológico e teórico do termo alternatividades, especialmente vinculado às ruralidades. Para tanto, utilizou-se de ferramentas quanti e qualitativas, incluindo a revisão sistemática para o acesso aos trabalhos empíricos que tratavam da temática de pesquisa e para a construção do portfólio bibliográfico.

Os resultados quantitativos da pesquisa indicaram: a predominância do uso do termo alternatividades em trabalhos nas áreas correlatas às Ciências Ambientais e às Sociais; a concentração de trabalhos acadêmicos não publicados em periódicos revisados por pares, como teses e dissertações; o destaque para uso do termo no âmbito acadêmico do sul do país, principalmente pela UFPR e, mais especificamente, pelo PPGMADE.

À nível qualitativo, a confecção do portfólio bibliográfico possibilitou a identificação de documentos pertinentes a teorias passíveis de serem correlacionadas com o tema das alternatividades no âmbito socioambiental e rural. Constatou-se ainda que os principais autores elencados para a produção de marco referencial, com a finalidade de conceituar experiências denominadas pelos autores das pesquisas como alternatividades em ruralidades, foram: Boaventura Sousa Santos, Enrique Leff, Ignacy Sachs e Maria Nazareth Wanderley Baudel.

À luz desses autores, com ênfase para Sousa Santos, buscou-se contribuir com interpretações para o entendimento conceitual do termo alternatividades. Assim, compreende-se que as alternatividades em ruralidades se aproximam de uma opção epistemológica que tem buscado, através das experiências e narrativas dos ausentes e emergentes, compreender como os sujeitos de ruralidades produzem experiências novas, entendidas como emergências e resistências, a partir do tensionamento com a modernidade capitalista hegemônica.

Nesse tensionamento, agricultores familiares e camponeses produzem alternatividades através da valorização e positividade de si mesmos como categoria de relevância econômica, sociopolítica e cultural, na busca por reconhecimento público e como portadores de projetos de vida ecológicos. Esses atores aprendem a valorizar e a utilizar saberes subalternizados, em associação a conhecimentos científicos modernos, produzindo novos conhecimentos-saberes eco-tecnológicos, utilizados na transformação cotidiana das paisagens e agriculturas. Nesses contextos, são criadas redes sociais que acionam, de forma combinada ou não, relações de parentesco, reciprocidade, solidariedade e de cooperação, na construção de relações econômicas que ressaltam a ação e o protagonismo dos sujeitos, criando circuitos curtos de comercialização ecológica. Assim, atuam com esses conhecimentos e saberes acumulados em defesa de suas subjetividades, territorialidades, estilos e modos de vida.

É importante destacar ainda que, do conjunto das experiências analisadas, a produção dessas alternatividades está estreitamente vinculada a processos de ecologização, entendidos como mudanças no âmbito das práticas, materialidades, representações simbólicas e subjetividades. Esses processos incor-

poram a variável ecológica em sua produção, como nexos substantivos da produção dessas emergências e resistências, se produzindo como resistências contra hegemônicas, que são ao mesmo tempo entendidas como alternativas socioambientais.

É imprescindível sinalizar a ausência de estudos, no âmbito da linha de ruralidades no PPG-MADE, que tenham abordado esses temas desde uma perspectiva de gênero, geração e étnica. Na contemporaneidade, a ausência de estudos com tais recortes na diversidade de sujeitos constitutivos dessas ruralidades resistências e contra hegemônicas pode invisibilizar inúmeras experiências alternativas em curso, protagonizadas principalmente por mulheres, indígenas, quilombolas e jovens rurais.

Na busca por identificar a genealogia e lacunas teóricas para o desenvolvimento do tema alternativas, esse trabalho se propôs a realizar um primeiro levantamento dos usos do termo alternativas nas principais plataformas de pesquisa científica, buscando contextualizar os usos do termo na área ambiental e rural. Com isso, entende-se que a presente pesquisa é um exercício inicial de discussão e aprofundamento da trajetória de construção do termo alternativas e que há um campo aberto para novas pesquisas nesse sentido. Também se compreende que a abrangência da proposição teórica pode ser ampliada como referencial para o aprofundamento das alternativas em ruralidades, sem pretensões de se esgotar o assunto nesse presente estudo.

Por fim, os pesquisadores acreditam que as aproximações conceituais futuras com teorias decoloniais possam gerar resultados significativos para a construção e aprofundamento do termo alternativas e para a ampliação da discussão de uso e conceituação do termo e seu significado. Eis

um desafio para os novos e antigos pesquisadores do tema.

Agradecimentos

Além dos autores desse artigo, reconhecemos a valiosa contribuição e apoio dos docentes da Linha de Pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, especialmente dos professores: Alfio Brandenburg, Angela Duarte Damaceno Ferreira e Valter Schaffrath. Também agradecemos a contribuição do colega Amílcar Marcel de Souza em algumas das fases de realização do trabalho coletivo ora apresentado. Por fim, esta pesquisa só foi possível graças ao apoio fornecido por meio de bolsas da CAPES, CNPq e Fundação Araucária.

Referências

- Achselrad, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), 103-119, 2010.
- Afonso, M. H. F.; Souza, J. V.; Ensslin, S. R.; Ensslin, L. Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo Proknow-C na busca de literatura sobre avaliação do desempenho sustentável. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 5(2), 47-62, 2011.
- Alves, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, 80, 71-96, 2010.
- Berrang-Ford, L.; Pearce, T.; Ford, J. D. Systematic review approaches for climate change adaptation research. *Regional Environmental Change*, 15, 755-769, 2015. doi 10.1007/s10113-014-0708-7
- Brandenburg, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente & Sociedade*, XIII (2), 417-428, 2010.

- Brandenburg, A.; Ferreira, A. D. *Agricultores ecológicos e o meio ambiente rural: visões interdisciplinares*. São Paulo: Annablume, 2012.
- Carneiro, M. J. Ruralidades: novas identidades e construção. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, 11, 53-75, 1998.
- Chayanov, A. V. *A organização da unidade econômica camponesa*. Buenos Aires: Ed. Nova Visão, 1974.
- Floriani, N.; Rios, F. T.; Floriani, D. Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural. *Polis Revista Latinoamericana*, 34, 01-18, 2013.
- França, G. B. *Crise de energia e governança ambiental: articulações de redes e territórios nas dimensões global e local*. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR, 2012.
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: www.conflitoambiental.icict.FIOCRUZ.br. Acesso em: 27 abril, 2017.
- Geertz, C. *A interpretação das culturas*. 1Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012
- Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 4 ed., 2002.
- Graziano da Silva, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Grisa, C. *A produção “pró-gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Economia) - UFRGS, 2007.
- Harvey, D. *O novo imperialismo: acumulação por espoliação*. *Socialist Register*, p. 95-126, 2004.
- Kaminski, T. C. G.; Lesama, M. F. Contribuições da Ergonomia da Atividade na Construção do Conhecimento Agroflorestal. In: *Anais da II Jornada da questão Agrária e Desenvolvimento: projetos sociais e políticas públicas em disputa*. Curitiba, UFPR, 2013.
- Lacerda, T. O.; Ensslin, L.; Ensslin, S. R. Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. *Revista Gestão & Produção*, 19(1), 59-78, 2012.
- Leff, E. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 3(1), 2002.
- Leff, E. *Ecologia, Capital e Cultura – A territorialização da racionalidade ambiental* [Trad. Jorge E. Silva]. Petrópolis: Vozes, 2009.
- Leff, E. *La Apuesta por la vida: imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios del sur*. São Paulo: Vozes, 2014.
- Lugones, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952, 2014.
- Martins, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 2ed, 1999.
- Nunes, S. P. *Influências teóricas e políticas nas práticas educativas da Rede Ecovida de Agroecologia*. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - UFPR, 2012.
- Pecqueur, B. O Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. *Raízes*, 24, 10–22, 2005.
- Perez-Cassarino, J. *A Construção Social de Mecanismos Alternativos de Mercados no Âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia - Mercados*. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - UFPR, 2012.
- Pierri, N. Historia del concepto de desarrollo sustentable. In: Foladori, G.; Pierri, N. *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre desarrollo sustentable*. México: H. Cámara de Diputados; Universidad de Zacatecas; Miguel Ángel Porrúa, p. 27-81, 2005.
- Pinheiro, G, S. R. *Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida*. Curitiba, Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFPR, 2004.
- Ploeg, J. D. V. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- Rodrigues, A. S. *Reciprocidade, solidariedade e reconstrução da identidade camponesa: estratégias de reprodução social dos agricultores familiares da Cooperafloresta*. Curitiba. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFPR, 2013.
- Sachs, I. *Rumo à ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento* [Org. Paulo Freire Vieira]. São Paulo:

-
- Cortez, 2007.
- Sachs, I. Barricadas de ontem, campos do futuro. *Estudos Avançados*, 24(68), 2010.
- Sant'Ana, D. *Transformações em uma comunidade camponesa do litoral sul do Paraná: territorialidade, estratégias de resistência, práticas materiais e parentesco*. Curitiba, Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - UFPR, 2012.
- Sousa Santos, B. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.
- Sousa Santos, B. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.
- Touraine, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- UFPR. Edital de seleção do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2016. Disponível em: www.prppg.ufpr.br/ppgmade/selecao. Acesso em: jun. 2017.
- Veiga Silva, J. C. B. *Ecologização do Agricultor Familiar: avançando desde uma transição ecoformadora*. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - UFPR, 2014.
- Wanderley, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.